



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA nº 171 - Aos quatorze dias do mês de abril do ano 2015 na sede do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS situado à Rua Artur Machado, nº 533 - Casa dos Conselhos iniciou às 14h24min a Plenária Ordinária do CMAS. Justificaram ausência os conselheiros: Maia Auxiliadora Nard, Cristiano Boaventura Abreu, Onildo Barbosa, Ana Maria Padilha Sbrissa, Maria das Graças Caetano Silva, Viviane Andrade Misson. O Presidente do CMAS Renato Afonso agradece a presença de todos nessa que é a terceira reunião do ano e devido ao comprometimento dos Conselheiros será realizada conforme o calendário anual. A secretária executiva do CMAS Verediana informa que o pedido de compra do coffe Breack ainda esta em processo de licitação, a diretora da SEDS Cláudia Cristina reforça dizendo que o processo deve demorar ainda uns três meses para ser liberado. Seguindo com a Pauta o Presidente Renato Afonso solicita a leitura da Ata nº: 170 que após lida foi aprovada por unanimidade. Item 3 – Informe: X COMASU – Conferência Municipal de Assistência Social de Uberaba, a secretária executiva do CMAS Verediana informa que a X COMASU acontecerá nos dias 09 e 10 do mês de julho do ano 2015. Que no dia 09 a sugestão é que aconteça no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Uberaba no período noturno e no dia 10 na UNIUBE nos períodos matutino e vespertino. Foi sugerido também que após a plenária os Conselheiros que fazem parte da Comissão Organizadora da Conferência se reúnam para resolverem algumas questões. Verediana informa ainda que as instituições que ainda não entregaram o Plano de Ação já foram notificadas por email, haja visto que a data limite é no próximo dia 30. A Conselheira Ana Paula questiona o que acontecerá com a instituição que não entregar o Plano de Ação até a data prevista. O Presidente do CMAS sugere que seja suspenso o convênio até a entrega do Plano. A Diretora da SEDS Cláudia Cristina sugere que seja repassado a informação por email. Ana Paula lembra que é preciso verificar a legislação para nos orientar sobre qual decisão tomar sem prejudicar as instituições e o Conselho. Verediana explica que desde 2010 é pedido o Plano de Ação para as instituições e reforça que a Comissão de Visitas teria que visitar as instituições para fazer monitoramento e orientações acerca das exigências e documentações necessárias para continuarem inscritos ou pedirem inscrição no CMAS. Ana Paula lembra que as instituições tem que saber da legislação e seus compromissos. A Presidente do COMDEFU – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência Liliane fala que os Conselhos estão esvaziando-se e não há pessoas para que sejam retiradas dúvidas e dar orientações. A Conselheira Marta sugere que seja feita uma carta e protocolada para que tanto Conselho quanto Instituições tenham respaldo. Cláudia Cristina explica que são 117 instituições inscritas no CMAS e que o moto boy da SEDS não conseguirá em tempo hábil entregar as cartas para todas as instituições. Ana Paula sugere que seja colocado no correio e registrado. O Conselheiro José Manuel sugere que seja enviado email e que a Verediana ligue para as instituições pois acha que a carta não seria eficaz. Cláudia Cristina sugere que a Chefe de Seção Apoio as Ongs da SEDS Cassimeire e a Assistente Social Elaine em suas visitas possam lembrar as instituições sobre o Plano de Ação e podem também entregar um informe lembrando-as. Ficou acordado que Verediana irá comunicar novamente as instituições por email sobre o prazo de entrega do Plano de Ação. A secretária executiva Verediana explica que a conselheira Cassimeire não poderá pertencer a mesa diretora como 2ª secretária por ser conselheira suplente, sendo assim é necessário a eleição entre os governamentais titulares para recomposição da mesa diretora. A conselheira Maria de Fátima foi indica a ser a 2ª secretária do CMAS, tal convite foi aceito pela mesma. Item 4 – Apresentação e Apreciação do parecer do Conselho Nacional de Assistência Social sobre as inscrições de Comunidades Terapêuticas/Associações Hospitalares. A Conselheira Ana Paula faz a leitura do Parecer do CNAS e após a leitura é sugerido pela Conselheira Luana que seja feito uma reunião com as comissões de Política Pública e Inscrição com o apoio da Assessoria Jurídica da SEDS para estudar o documento e termos mais clareza e propriedade nas tomadas de decisão. Cláudia Cristina questiona se o que é registrado no CMAS é o Projeto ou a Instituição, se for o projeto precisa de outro CNPJ, se é burocracia de documentação ou preponderantemente devemos observar qual é o Projeto e qual a atividade de atendimento. A Secretária Executiva Verediana

esclarece que o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social já disponibilizou um modelo de inscrição, onde coloca-se o nome da instituição e o CNPJ da mesma bem como o nome do projeto que a mesma desenvolve, pois a inscrição, caso a instituição não seja preponderante de assistência social, é do Projeto. Reforça da importância do monitoramento do Conselho em todas as instituições. A representante da Instituição Raio de Sol Alice pergunta se com 20% do atendimento nas instituições ou Projetos pode requerer a inscrição no CMAS, Cláudia Cristina explica que não e que o Plano de Trabalho tem de estar claro. Ana Paula faz uma observação sobre a Resolução 109/09 do Conselho Nacional de Assistência Social que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como da Resolução nº16 de 2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal e a ainda da Resolução nº:14 de 2014. É necessário que os conselheiros entenda todas as resoluções vigentes para que este conselho não tome nenhuma decisão errada e prejudiquemos a instituição ou até mesmo o próprio Conselho. O Presidente Renato Afonso sugere que seja ampliada a comissão de Inscrição e que quando recebermos pedidos de inscrição os Planos de Ação deverão estar dentro da legislação. Será marcada reunião para avaliação do parecer do CNAS e da legislação vigente para o dia 22/04/2015 às 16:00.

Item 5 – Relatório do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço do Migrante e Piso Mineiro: A Diretora da SEDS Claudia Cristina informa que conforme relatórios confeccionados em reunião com a Comissão de Financiamento do CMAS, os valores referentes ao mês de Março são: Serviço de Atenção ao Migrante atendeu 323 pessoas, sendo que 205 pessoas receberam o transporte rodoviário e 140 receberam acolhimento provisório e alimentação, ficando o saldo financeiro deste serviço no valor de R\$ 71.543,11 (setenta e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e onze centavos). No mesmo mês, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos desenvolvido no Núcleo de Socialização Infanto Juvenil situado no Residencial 2000 atendeu 139 crianças e adolescentes com idades de 6 a 15 anos, o saldo financeiro deste serviço ficou em R\$ 33.226,96 (trinta e três mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos) e o valor do Piso Mineiro é de R\$ 86.318,11 (oitenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e onze centavos) Após apresentação os Relatórios dos Serviços: de Atendimento ao Migrante, de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e Piso Mineiro foram aprovados por unanimidade. O Presidente do CMAS informa que não compareceu à reunião da comissão de financiamento porque faleceu um usuário da instituição.

Item 6 – Apresentação e Apreciação da utilização do Recurso do Índice de Gestão Descentralizada para pagamento de despesas para servidores participarem de capacitação na área de auditoria setoriais e do Cogemas. A Diretora da SEDS Cláudia Cristina apresenta o cronograma das capacitações, o II Congresso Brasileiro de Direito do Terceiro Setor esta acontecendo em Goiânia- GO dos dias 12 a 15 de abril do ano 2015 e quem irá participar da capacitação é a servidora Euzebia o valor que será utilizado do IGD é de 2.000,00 (dois mil reais) sendo R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) com inscrição e R\$ 1.290,00 (Um mil duzentos e noventa reais) com alimentação e hospedagem, a viagem será realizada em veículo oficial. O interesse nesse Congresso é na nova Lei nº 13.019/14 e sua aplicabilidade aos estados e municípios: Direito do terceiro setor e as fronteiras entre o direito administrativo e o direito privado. O XVII Encontro Nacional do Cogemas será nos dias 28/29 e 30 do mês de abril do corrente ano, no Centro de Eventos do Ceará – Fortaleza – CE, irão participar 05 servidores (Angela Martins Dib Resende, Claudia Cristina da Silva, Vania Helena Guarato, Marcos Alberto Rodrigues e Silene Maria Furtado Baroni.) O valor que será utilizado do IGD e de \$23.000,00 (vinte e três mil reais) sendo \$10.250,00 (dez mil, duzentos e cinquenta reais) com passagens, \$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) com hospedagem e \$1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) com inscrições. Maria de Fátima sugere que seja multiplicado ao Técnicos dos CRAS tudo que for abordado no Congresso.

Item 7 – Apresentação e Apreciação dos Projetos das Conferencias Municipais: Pessoa com Deficiência e dos Direitos do Idoso – Recurso oriundo do Índice de Gestão Descentralizada. A IV Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá como Tema “Os desafios na implementação da politica da pessoa com deficiência a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos”. Acontecerá no dia 18/06/15 das 07 as 18 horas no auditório do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Uberaba. Tem como objetivo geral debater a política da pessoa com deficiência através de uma abordagem ampla e agregadora, tanto no que se refere as politicas setoriais quanto no dialogo com outras temáticas afetas aos direitos humanos: gênero, raça, orientação sexual e ciclos de

vida. O Valor previsto para ser utilizado do IGD é de \$17.550,00 (Dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais). A IV Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa tem como Tema: “O Protagonismo e Emponderamento da Pessoa Idosa – por um Brasil de todas as idades”, esta prevista para acontecer no dia 28/05/2015 das 07 as 18 horas na Unidade de Atenção ao Idoso (UAI), com objetivo geral de propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas a pessoa idosa, dos espaços de participação e da forma como vem sendo realizada a gestão da politica de garantia dos direitos da pessoa idosa. O valor utilizado do IGD será de \$17.550,00 (dezessete mil, quinhentos e cinquenta reais). Luana questiona porque a liberação desses recursos tem de passar pelo conselho. Cláudia Cristina explica que o recurso do IGD pode ser gasto com Conferencias e formações de todos os setores desde que tenha a anuência do CMAS. Luana acha que no 2º Projeto apresentado o valor com a alimentação é exacerbado, Cláudia Cristina explica que é um prognóstico, se não for gasto esse valor o dinheiro é devolvido. Marcia Jerônimo pergunta se os outros Conselhos não tem funcionado e se eles não tem um Fundo próprio. Cláudia explica que todos esses conselhos possui Fundo e estão ativos. A Coordenadora do CREAS e Presidente do COMDICAU Michelle Carvalho explica que o Comdicau e o Conselho da Pessoa Idosa especificamente não pode utilizarem o recurso do fundo para capacitação por isso usa o recurso é do Índice de Gestão Descentralizada- IGD. Depois das explicações os projetos foram aprovados por unanimidade. Item 8 – Adequação do Plano de Trabalho FMAS/2015 Comunidade Terapêutica Raio de Sol. A coordenadora Alice solicita a alteração dos valores para pagamento de 60% com Recursos Humanos e 40% para custeio. Já a Casa do Adolescente Guadalupe solicita a inserção no item despesas de pagamento de vale transporte e pagamento de agua (Codau). Foi sugerido que se averiguasse na legislação se é legitimado essa per capita do RH, após sugestão as adequações foram aprovadas por unanimidade. Item 9 – Plano de Trabalho – Emenda Parlamentar – Associação Vivendo com HIV – Emenda parlamentar do vereador Borjão no valor de \$5.000,00 (cinco mil reais). Foi ressaltado mais uma vez que antes da instituição gaste o recurso a mesma solicite ao conselho a readequação necessária. A readequação do plano de trabalho da emenda parlamentar foi aprovada com uma abstenção. Nada mais havendo a se tratar, o Presidente Renato Afonso encerrou a reunião às 16h10min agradecendo a presença de todos, esta ATA foi redigida por mim Jacilane de Barros Ribeiro – 1ª Secretária do CMAS, que será lida e aprovada pelos conselheiros presentes: Cassimeire Carvalho Silva, Maria Afonsina Colavolpe R. Cunha, Ana Lucia Vasconcelos de Paula Moreira, Etevaldo Jorge S. Junior, Maria de Fatima Freitas Vieira, Célia Teresinha Manzan, Luana Braga, Marta Oliveira, Renato Afonso Vinhal, Jacilane Barros Ribeiro, Ana Paula Oliveira, José Manoel Moacir.